

**SUSTENTABILIDADE, DIREITOS HUMANOS E ESG NAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS: LIMITES, FRAGMENTAÇÕES E POSSIBILIDADES À LUZ DO
PENSAMENTO COMPLEXO¹**

**SUSTAINABILITY, HUMAN RIGHTS, AND ESG IN PUBLIC UNIVERSITIES: LIMITS,
FRAGMENTATIONS, AND POSSIBILITIES IN LIGHT OF COMPLEX THINKING**

**SOSTENIBILIDAD, DERECHOS HUMANOS Y ESG EN LAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS: LÍMITES, FRAGMENTACIONES Y POSIBILIDADES A LA LUZ DEL
PENSAMIENTO COMPLEJO**

Dny Sandra da Silva Souza ²;

Raimundo Nonato Rodrigues ³

Introdução

A vinculação entre educação superior, sustentabilidade e direitos humanos consolidou-se como eixo estratégico das políticas globais desde a adoção da Agenda 2030 e, em particular, da Meta 4.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que associa educação de qualidade à promoção dos direitos humanos, da cidadania global e do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, universidades públicas são chamadas a articular formação acadêmica, compromisso democrático e responsabilidade socioambiental, configurando-se como espaços decisivos para a (re)orientação de currículos à luz da sustentabilidade e da dignidade humana.

¹Resumo apresentado ao GT - Alteridade, Direitos Humanos e Interseccionalidades, na 4ª Semana de Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia: Os desafios para os direitos humanos na era digital

² Possui Graduação em Direito e em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia e Graduação em Administração pela Universidade de Cuiabá. É mestranda em Administração e Contabilidade pela Universidade Federal de Rondônia. Possui Pós-Graduação em Administração Pública pela Faculdade Educacional da Lapa e Pós-Graduação em Direito Constitucional pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (UNAR). dnnnyup@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7415241135707632>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2212-0538>.

³ Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco, doutor em Controladoria e Contabilidade pela USP, com 28 anos de atuação em banco de desenvolvimento nas áreas de crédito, contabilidade e análise econômico-financeira. Atua como consultor na elaboração de projetos para captação de recursos e lidera pesquisa sobre impactos das ações de sustentabilidade de MPMEs financiadas pelo FNE. Leciona Controladoria, Governança Corporativa, Responsabilidade Social, Inovação e Sustentabilidade em programas de graduação, mestrado e doutorado. raimundo.rodrigues@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7872010912743566>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0505-4369>.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável, tal como estruturada no documento “Education for Sustainable Development” da Unesco, propõe uma abordagem transformadora que articula conhecimentos, valores, atitudes e competências voltadas à justiça socioambiental e à transição para sociedades sustentáveis. Embora o marco normativo ressalte a necessidade de uma perspectiva “whole institution”, que envolva gestão, pesquisa, extensão e ensino, a literatura aponta que, na prática, a incorporação da sustentabilidade nas instituições de ensino superior permanece marcada por iniciativas pontuais, fragmentadas e, muitas vezes, desarticuladas dos currículos.

No Brasil, estudos sobre sustentabilidade em universidades públicas indicam que as ações mais visíveis concentram-se na gestão ambiental de campi e na divulgação de práticas “verdes”, enquanto dimensões pedagógicas, formativas e de direitos humanos aparecem de modo marginal. Pontelli et al. (2023), ao analisarem a divulgação ambiental em 63 universidades públicas, mostram que, ainda que existam iniciativas relacionadas à gestão de recursos e à Agenda 2030, a integração entre sustentabilidade e projeto formativo institucional é frágil e pouco sistemática. Esse descompasso sugere que os princípios ESG (*Environmental, Social and Governance*) tendem a ser incorporados como retórica de legitimação e instrumentos de prestação de contas, mais do que como eixo estruturante dos currículos.

A Educação em Direitos Humanos (EDH), por sua vez, é reconhecida, no contexto brasileiro, como política de Estado desde o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que defendem uma formação crítica, democrática e multidimensional, articulando conhecimento, valores, práticas e participação social. Madruga e Henn (2021) mostram, contudo, que a trajetória da EDH no Brasil é marcada por avanços normativos e, simultaneamente, por forte assimetria entre textos legais e sua efetiva institucionalização nos sistemas de ensino. Essa assimetria se reproduz no ensino superior, em que direitos humanos seguem frequentemente confinados a disciplinas isoladas ou a projetos de extensão, sem transversalidade curricular.

Diante desse quadro, o problema que orienta este resumo expandido é examinar de que modo universidades públicas vêm incorporando, ainda de forma fragmentada, princípios de sustentabilidade e ESG, e em que medida seus currículos podem integrar, de maneira sistemática, direitos humanos, responsabilidade socioambiental e pensamento complexo. O objetivo é articular criticamente os campos da ESD, da EDH e da reflexão sobre ESG, tomando o pensamento complexo de Edgar Morin como referencial epistemológico para propor caminhos de integração curricular. Trata-se de uma discussão teoricamente relevante para o debate contemporâneo em educação superior e politicamente pertinente para a redefinição do papel das universidades públicas em sociedades marcadas por crises socioambientais, democráticas e civilizatórias.

Metodologia

O trabalho assume natureza qualitativa, exploratória e teórico-analítica, estruturada como ensaio apoiado em revisão integrativa de literatura. Foram mobilizados artigos publicados entre 2020 e 2025 em periódicos indexados na Scopus e na Web of Science, bem como documentos normativos internacionais e nacionais, com foco nos temas educação para sustentabilidade, educação em direitos humanos, ESG em instituições de ensino superior e pensamento complexo.

A busca concentrou-se em bases como Scopus, Web of Science, SciELO e periódicos nacionais qualificados, utilizando descritores em português e inglês (education for sustainable development, higher education, human rights education, ESG, sustainability, complex thinking). Foram priorizados estudos empíricos e revisões que analisam práticas de sustentabilidade em universidades públicas, a inserção da EDH em currículos e diretrizes, bem como reflexões teóricas sobre sustentabilidade complexa e pensamento complexo aplicado à educação.

A análise dos materiais seguiu uma lógica temática, organizada em três eixos: (i) marco normativo e político da ESD, da EDH e da Agenda ESG; (ii) evidências de fragmentação institucional da sustentabilidade em universidades públicas; e (iii) proposição de princípios para o desenho de currículos orientados pela integração entre direitos humanos, responsabilidade socioambiental e pensamento complexo. Não se trata, portanto, de um mapeamento exaustivo, mas de uma leitura crítica e articuladora de contribuições representativas para a construção de uma agenda de pesquisa e intervenção.

1 Educação para a sustentabilidade, direitos humanos e agenda ESG

A articulação entre educação e sustentabilidade é amplamente consolidada no âmbito das Nações Unidas. A Meta 4.7 dos ODS explicita que os sistemas educacionais devem assegurar que todos os aprendizes adquiram conhecimentos e competências necessários para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo direitos humanos, igualdade de gênero, cultura de paz e cidadania global. A ESD, tal como formulada pela UNESCO, desloca a educação ambiental tradicional para uma abordagem que integra dimensões ecológicas, sociais, econômicas, culturais e éticas, enfatizando transformação de valores e modos de vida, e não apenas transmissão de conteúdos.

Nesse horizonte, a EDH aparece como campo convergente, ao propor uma educação orientada à formação de sujeitos de direitos, críticos e participativos, que reconheçam a dignidade humana como fundamento de qualquer projeto de desenvolvimento. Madruga e Henn (2021) mostram que, no Brasil, a EDH é concebida como processo sistemático e

multidimensional, que articula conhecimentos históricos sobre direitos humanos, práticas de participação e culturas de respeito à diversidade, tendo o PNEDH e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos como referências estruturantes. Essa concepção é plenamente compatível com a ESD, mas ainda pouco explorada em termos de integração curricular concreta no ensino superior.

Paralelamente, o campo ESG, originado no universo dos investimentos e da governança corporativa, deslocou-se progressivamente para as instituições de ensino superior, seja como objeto de pesquisa, seja como referência para a gestão universitária. Belizário e Ávila (2024), em revisão sistemática sobre indicadores ESG em empresas, cidades e universidades, apontam que a literatura ainda prioriza dimensões ambientais e de governança, com menor densidade analítica sobre o componente social, sobretudo quando se trata de processos educativos e formativos. Isso sugere que, mesmo quando universidades adotam métricas ESG, a centralidade dos currículos e da formação em direitos humanos tende a ser subestimada ou tratada apenas indiretamente.

No plano global, Žalėnienė e Pereira (2021) analisam o papel das instituições de ensino superior para a sustentabilidade e concluem que, embora sua contribuição para os ODS seja reconhecida, persistem barreiras institucionais e culturais que dificultam a adoção de abordagens holísticas. Entre essas barreiras, destacam-se a compartimentalização disciplinar, a resistência à interdisciplinaridade, a falta de incentivos para práticas pedagógicas inovadoras e a tendência a tratar sustentabilidade como tema periférico ou adicional, e não como princípio organizador do currículo.

No contexto brasileiro, Silva (2023) argumenta que “ensinar para a sustentabilidade” na educação superior exige reconfigurar criticamente conteúdos, metodologias e avaliações, superando a lógica de inserção pontual de temas ambientais em disciplinas isoladas. Essa reconfiguração torna-se ainda mais complexa quando se pretende articular sustentabilidade e direitos humanos, pois implica enfrentar desigualdades históricas, racismos estruturais, conflitos territoriais e socioambientais, especialmente em regiões marcadas pela vulnerabilidade socioambiental, como a Amazônia. Nesse sentido, a agenda ESG pode ser apropriada criticamente como linguagem capaz de dialogar com atores institucionais e externos, desde que vinculada a projetos pedagógicos comprometidos com justiça social e ambiental, e não apenas com reputação institucional.

2 Fragmentação institucional da sustentabilidade em universidades públicas

As evidências empíricas disponíveis sugerem que a trajetória das universidades públicas brasileiras em direção à sustentabilidade tem sido marcada por avanços importantes, mas também por forte fragmentação. O estudo de Pontelli et al. (2023), ao analisar relatórios de

gestão de 63 universidades públicas, identifica a adoção de práticas ambientais em áreas como eficiência energética, gestão de resíduos, critérios de sustentabilidade em licitações e formação de comissões internas. Contudo, apenas 19% das instituições mencionam explicitamente a Agenda 2030 em seus relatórios, e nenhuma apresenta evidências relacionadas às mudanças climáticas de forma sistemática.

Esse padrão revela uma assimetria entre ações concretas e sua institucionalização estratégica: práticas ambientais existem, mas nem sempre são integradas em políticas, planos ou projetos que articulem gestão, pesquisa, extensão e ensino. Ao mesmo tempo, o estudo enfatiza que a baixa divulgação não significa ausência de ações, mas compromete a transparência, a possibilidade de comparação e a disseminação de boas práticas, além de sugerir tensões entre busca de legitimidade e compromisso efetivo com a sustentabilidade. O resultado é um cenário em que a sustentabilidade é frequentemente tratada como atributo de gestão, enquanto sua dimensão formativa permanece pouco evidenciada.

Análises qualitativas do discurso institucional reforçam esse diagnóstico. Em estudo sobre a forma como uma universidade pública brasileira enuncia a sustentabilidade em seus documentos, Melo-José et al. identificam tensões entre uma retórica de “universidade sustentável” e a prevalência de narrativas centradas em eficiência administrativa, competitividade e inserção em rankings, com pouca explicitação de como a sustentabilidade se traduz em mudanças pedagógicas e curriculares. Essa dissociação entre discurso institucional e práticas curriculares dificulta a construção de uma cultura de sustentabilidade que atravesse as diferentes dimensões da vida universitária.

Do ponto de vista da produção científica, Barros (2025) demonstra, em estudo bibliométrico sobre produção acadêmica em ESG e ODS nas universidades, que a maior parte dos trabalhos concentra-se em temas de gestão, reporting e performance, enquanto ainda é relativamente pequena a proporção de pesquisas focadas em impactos formativos, mudanças curriculares e desenvolvimento de competências em sustentabilidade. A agenda de pesquisa, portanto, tende a privilegiar a universidade como organização e ator institucional, em detrimento da universidade como espaço de formação cidadã e de disputa de projetos de sociedade.

A literatura crítica sobre sustentabilidade complexa ajuda a interpretar esse quadro. Rocha e Luzio-dos-Santos (2020) argumentam que o discurso dominante de sustentabilidade, ancorado no Relatório Brundtland, reproduz a mesma racionalidade que produz a crise socioambiental, ao reduzir problemas complexos a dimensões técnico-gestoriais e a estratégias de mitigação compatíveis com a lógica do crescimento econômico. Ao analisar o discurso de sustentabilidade a partir do pensamento complexo de Morin, os autores propõem a noção de

“sustentabilidade complexa”, que exige considerar simultaneamente interdependências ecológicas, sociais, culturais e políticas.

Aplicada às universidades públicas, essa crítica permite compreender por que a adoção de práticas ESG voltadas apenas à gestão – por mais relevantes que sejam – é insuficiente se não houver reconfiguração epistêmica e curricular. Sem enfrentar a fragmentação disciplinar, a separação entre natureza e sociedade e a marginalização de saberes subalternizados, a sustentabilidade tende a se converter em rótulo de modernização institucional, e não em processo de democratização do conhecimento e de radicalização da dignidade humana como princípio orientador.

3 Currículos complexos: integração entre direitos humanos, responsabilidade socioambiental e pensamento complexo

O pensamento complexo de Edgar Morin oferece um referencial potente para repensar currículos universitários que pretendam integrar direitos humanos, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade. Ao criticar a lógica da simplificação, Morin insiste na necessidade de reconhecer a inseparabilidade entre partes e todo, sujeito e meio, ciência e ética, conhecimento e responsabilidade. Currículos orientados pela complexidade precisam, portanto, romper com a tendência de segmentar problemas reais em disciplinas estanques, reconstruindo-os em sua tessitura ecológica, social, econômica, cultural e política.

A literatura recente sobre sustentabilidade complexa explicita esse desafio. Rocha e Luzio-dos-Santos (2020) defendem que a sustentabilidade, sob o prisma da complexidade, não pode ser reduzida a indicadores de desempenho ambiental ou a práticas de eficiência, devendo ser compreendida como processo de reorientação civilizatória, ancorado em novos valores, saberes e formas de convivência. Transposta para o desenho curricular, essa perspectiva implica questionar não apenas “o que” se ensina, mas “como” e “para quê” se ensina, recolocando a formação em direitos humanos como eixo transversal e estruturante das competências em sustentabilidade.

Nesse sentido, propostas internacionais de competências-chave para a sustentabilidade, como as que enfatizam pensamento sistêmico, pensamento crítico, competência normativa, competência de antecipação, colaboração e autoconhecimento, convergem com as finalidades da EDH, que busca formar sujeitos capazes de reconhecer e enfrentar violações de direitos em contextos concretos. A integração entre ESD, EDH e ESG exige, assim, currículos que articulem competências técnicas com competências ético-políticas, de modo que estudantes possam compreender, por exemplo, como cadeias produtivas globais impactam direitos de povos e comunidades, como políticas públicas moldam vulnerabilidades socioambientais ou

como decisões de investimento ancoradas em critérios ESG podem tanto mitigar quanto aprofundar desigualdades.

Do ponto de vista organizacional, Žalėnienė e Pereira (2021) ressaltam que a transformação curricular voltada à sustentabilidade só se consolida quando acompanhada por mudanças na governança universitária, na cultura institucional e nos mecanismos de avaliação. Isso significa que não basta criar disciplinas optativas ou projetos isolados sobre direitos humanos e sustentabilidade; é necessário inscrever esses temas nos Projetos Pedagógicos de Curso, nos planos de desenvolvimento institucional e nos processos de avaliação e acreditação, alinhando políticas de gestão, pesquisa, extensão e ensino.

Por fim, a integração entre direitos humanos, responsabilidade socioambiental e pensamento complexo demanda também uma abertura epistemológica para saberes subalternizados, experiências locais e perspectivas do Sul Global. Ao reconhecer que conflitos socioambientais, racismo ambiental, violências territoriais e violação de direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais são expressões de uma mesma racionalidade hegemônica, a universidade pública é convocada a revisitar seus currículos de modo decolonial, ampliando diálogos com movimentos sociais, comunidades e territórios. Nessa direção, ESG deixa de ser apenas uma sigla técnica para se tornar linguagem de tradução entre agendas globais e lutas concretas por justiça cognitiva, social e ecológica.

Considerações Finais

A análise desenvolvida permite concluir que a incorporação da sustentabilidade e da agenda ESG nas universidades públicas brasileiras permanece, em grande medida, fragmentada e concentrada em dimensões de gestão e divulgação ambiental. Estudos empíricos indicam avanços relevantes em práticas “verdes” e alinhamento parcial à Agenda 2030, mas revelam também baixa articulação entre essas iniciativas e os currículos, bem como pouca explicitação do vínculo entre sustentabilidade, direitos humanos e formação cidadã.

O marco normativo internacional e nacional – que inclui a Meta 4.7 dos ODS, a ESD para 2030, o PNEDH e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – oferece bases sólidas para uma convergência entre ESD, EDH e ESG. Entretanto, tal convergência ainda não se traduz, de modo sistemático, em projetos pedagógicos que assumam a dignidade humana e a justiça socioambiental como eixos estruturantes da formação superior. A EDH, embora reconhecida como política de Estado, continua sub-representada no ensino superior, frequentemente restrita a campos específicos, sem transversalidade curricular.

Argumentou-se que a superação dessa fragmentação requer uma dupla inflexão. De um lado, é necessário deslocar a agenda ESG de uma abordagem predominantemente instrumental – centrada em indicadores e reputação institucional – para uma perspectiva que incorpore de

forma substantiva as dimensões social e de governança, explicitando o papel da universidade na defesa de direitos e na construção de sociedades sustentáveis. De outro lado, é preciso reconfigurar currículos à luz do pensamento complexo, rompendo com lógicas de simplificação que separam natureza e sociedade, técnica e ética, conhecimento e responsabilidade.

A originalidade deste ensaio reside precisamente na tentativa de articular, em chave crítica, três campos que costumam dialogar pouco: educação em direitos humanos, educação para a sustentabilidade e agenda ESG, tomando o pensamento complexo de Morin e a proposta de “sustentabilidade complexa” como horizonte epistemológico. Ao fazê-lo, o texto contribui para deslocar o debate sobre ESG nas universidades públicas de um registro estritamente gerencial para um campo de disputas pedagógicas e políticas, no qual currículos passam a ser compreendidos como espaço privilegiado de materialização de compromissos com a dignidade humana e com a justiça socioambiental.

Como limitação, reconhece-se que se trata de estudo teórico, baseado em revisão integrativa, que não substitui investigações empíricas sobre processos concretos de reformulação curricular e de institucionalização da ESD e da EDH em universidades públicas específicas. Pesquisas futuras podem aprofundar esse caminho por meio de estudos de caso, análises de políticas institucionais, cartografias de práticas pedagógicas inovadoras e desenvolvimento de indicadores que captem, simultaneamente, dimensões ambientais, sociais, de direitos humanos e de complexidade nos currículos. Tais investigações poderão fortalecer, de forma situada e participativa, agendas institucionais que tomem a educação para a sustentabilidade e os direitos humanos como condição para que universidades públicas cumpram, de fato, seu papel em sociedades complexas e desiguais.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Direitos Humanos; ESG; Educação Superior; Pensamento Complexo.

Referências

BARROS, T. A. B. C. de. Scientific production on Environmental, Social, and Governance issues and the Sustainable Development Goals in universities. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, 2025.

BELIZÁRIO, A. P.; ÁVILA, L. V. Mensurando a sustentabilidade: uma revisão sistemática da literatura recente dos indicadores ESG na gestão de empresas, cidades e universidades. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 15, n. 8, e4036, 2024.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

MADRUGA, B. A.; HENN, L. G. Educação em Direitos Humanos no Brasil: da emergência do tema à publicação das diretrizes nacionais. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, e40810111851, 2021.

MELO-JOSÉ, A. P. et al. Sustainability according to the discourse expressed by a Brazilian public university. In: **ENCONTRO DA ANPAD**, 46., 2022, Online. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2022.

PONTELLI, G. E. et al. Environmental disclosure in Brazilian public universities. **Journal of Technology Management & Innovation**, Santiago, v. 18, n. 1, 2023. DOI: 10.4067/S0718-27242023000100027.

ROCHA, J. C. M.; LUZIO-DOS-SANTOS, L. M. Sustentabilidade complexa: o discurso de sustentabilidade sob a perspectiva do pensamento complexo de Edgar Morin. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 37, n. 1, p. 208-227, 2020.

SILVA, N. O. **Teaching for sustainability in Brazilian higher education**. Revista Brasileira de Educação, Brasília, 2023.

UNESCO. **Education for Sustainable Development: a roadmap**. Paris: UNESCO, 2020.

ŽALĖNIENĖ, I.; PEREIRA, P. Higher education for sustainability: a global perspective. **Geography and Sustainability**, v. 2, n. 2, p. 99-106, 2021. DOI: 10.1016/j.geosus.2021.05.001.